



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - 7º B - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

EDITAL PREGÃO Nº 90007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0002574-92.2026.4.04.8000

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, UASG 090030, a seguir denominado TRF4, por intermédio do Núcleo de Licitações e Contratos, torna pública, a todos os interessados, a realização do **Pregão n.º 90007/2026**, pelo critério de julgamento de menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, visando à contratação do objeto abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006, e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital. No **dia 01/06/2026, às 14 horas (horário de Brasília)**, na unidade supracitada, no 7º andar do Prédio Administrativo, à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, será realizada a sessão pública *on-line* por meio do Portal de Compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de vigilância armada, realizados por pessoal treinado e credenciado, a serem executados nas dependências e instalações físicas do Prédio-Sede e Prédio Anexo do TRF4, localizados na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300 e na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170, ambos no bairro Praia de Belas, cidade de Porto Alegre/RS.

1.1.1. O Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses contados a partir de **01/11/2026**, admitida sua prorrogação, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.2. Os serviços objeto da presente licitação serão desenvolvidos em conformidade com as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência, deste Edital.

1.3. Na tabela abaixo encontram-se as especificações dos tipos, quantitativos e escala de trabalho necessários à prestação dos serviços objeto da presente licitação:

Tipo de Posto	n.º de postos
Posto de vigilância desarmada diurno, 8 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	1 (um)
Posto de vigilância desarmada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	5 (cinco)
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2.	2 (dois)
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2 - ENCARREGADO	1 (um)

Posto de vigilância armada diurno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala 12 x 36.	10 (dez)
Posto de vigilância armada noturno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala de 12 x 36.	6 (seis)

1.3.1. Um dos vigilantes residentes nas dependências do TRF4 exercerá a função de encarregado de vigilância, devendo possuir formação e experiência diferenciada, conforme item 3 do Termo de Referência, percebendo além da remuneração normativa para a atividade de vigilância, um adicional de encarregado de no mínimo 50% sobre o salário base que constará na planilha de custos.

1.3.1.1. O encarregado de vigilância, que atuará em um dos postos descritos no Termo de Referência, não se confunde com o preposto da futura contratada, sendo apenas o vigilante responsável pela liderança da equipe residente e ponto principal de contato com a gestão contratual.

1.4. A licitante vencedora deverá possuir sede, filial ou escritório em Porto Alegre/RS.

1.4.1. A licitante vencedora deverá comprovar a instalação ou manutenção de sede, filial ou escritório em Porto Alegre/RS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do início da vigência do Contrato.

1.4.2. A exigência é justificada pela conveniência e importância da futura contratada possuir funcionários para atuar nas questões administrativas e de recursos humanos com agilidade que o porte da contratação pretendida requer.

1.5. As licitantes **poderão** realizar visita ao local onde serão realizados os serviços, nos Prédio-Sede e Prédio Anexo do TRF4, endereços indicados no item 1.1, com **antecedência de até 01 (um) dia útil antes da data marcada para o recebimento das propostas.**

1.5.1. As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes deste Edital.

1.5.2. As visitas somente serão realizadas em dias úteis, das 11 às 19 horas, e deverão ser previamente agendadas junto a Diretoria de Segurança, Transporte e Expedição - DSTE do TRF4, por meio do telefone (51) 3213-3842 e 3213-8358.

1.5.3. As visitas deverão ser feitas por profissional qualificado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação e de instrumento que o habilite à representação legal da empresa.

1.5.4. No dia e hora agendados, servidor designado pelo TRF4 acompanhará a visita das empresas interessadas. A não realização de visita **não** admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

1.6. A licitante vencedora deverá fornecer armamento, munição e outros equipamentos que se façam necessários ao bom desempenho dos serviços de vigilância, tais como cintos, coldres, coletes à prova de balas, bastões e outros, disponibilizando uniformes padronizados e crachás de identificação aos empregados designados para prestarem os serviços.

1.6.1. Os uniformes dos(as) profissionais descritos no item 5.2.4.30 do Termo de Referência deverão ser diferenciados da vigilância padrão e adequados aos serviços de recepção institucional.

1.6.2. Os uniformes deverão estar sempre limpos e em perfeitas condições de uso.

1.7. A licitante vencedora deverá disponibilizar aos vigilantes rádios com tecnologia digital, para todos os postos de serviço.

1.7.1. Os rádios deverão operar com a frequência utilizada pela segurança orgânica do TRF4, proporcionando maior eficiência ao sistema de segurança.

1.8. A licitante vencedora deverá instalar equipamento de ponto biométrico para registro diário dos horários de início e fim da jornada de trabalho e dos intervalos regulamentares dos seus empregados nas dependências do TRF4, emitindo relatórios diários e mensais discriminados e possibilitando ao TRF4 a elaboração de planilha de controle de frequência.

1.9. Por ocasião do início dos serviços serão exigidos documentos que comprovem a **regularidade do vínculo empregatício dos trabalhadores** que vierem prestar serviço nas dependências do TRF4, conforme previsto na minuta de contrato anexa ao presente edital.

1.9.1. Durante a vigência do contrato, e por ocasião dos faturamentos, a licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes dos pagamentos de salários, FGTS e contribuições previdenciárias relativamente aos empregados que prestarem serviços nas dependências do TRF4, conforme previsto na minuta de contrato anexa ao presente edital, podendo também ser requeridos, pelo gestor do contrato, documentos complementares relativos ao cumprimento pela empresa dos encargos trabalhistas e previdenciários.

1.10. A licitante vencedora deverá comprovar, até a data de início da prestação dos serviços, que os profissionais contratados possuem a experiência, a escolaridade mínima e os demais requisitos exigidos para o cargo, na forma estabelecida no Termo de Referência.

1.10. Nos termos da Resolução n.º 651/2025, do Conselho Nacional de Justiça, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário indicados na Planilha de Custos e Formação de Preços, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação na Caixa Econômica Federal, conforme o Acordo de Cooperação Técnica n.º 201/2022 (Anexo V do Edital), firmado entre o TRF4 e a referida Instituição.

1.10.1. Além das verbas trabalhistas especificadas acima, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no [art. 31 da Lei nº 8.212/1991](#).

1.10.2. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à licitante vencedora.

1.11. Os pagamentos mensais ficarão condicionados à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas exigíveis relativas ao mês da prestação dos serviços, tais como: comprovação de pagamento de salários, vale-transporte, vale-alimentação, etc.

1.12. A licitante vencedora deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, no montante equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

1.12.1. Caso opte pelo seguro-garantia, a licitante vencedora terá o prazo de um mês, contado da data da homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

1.12.2. A escolha de uma das demais modalidades deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

1.12.2.1. O prazo suprarreferido poderá ser prorrogado por igual período, a critério e no interesse da Administração, mediante requerimento justificado da licitante vencedora.

1.12.2.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que não pague o prêmio nas datas convencionadas.

1.12.3. A garantia terá validade durante todo o período de execução e após 03 (três) meses do término de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, e será devolvida após o seu cumprimento fiel e integral.

1.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique a descoberto, ressalvado o disposto no art. 96, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

1.13. Quaisquer danos causados às instalações do prédio ou a terceiros, em decorrência dos serviços, serão de responsabilidade da licitante vencedora, que deverá repará-los, sem ônus para o TRF4.

1.14. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.15.1. A licitante vencedora deverá disponibilizar, também, no mínimo, 5% das vagas para as mulheres integrantes de grupos vulneráveis, consoante previsto no art. 2º da Resolução n.º 497/2023 – CNJ.

1.15.2. A efetiva contratação do percentual indicado acima será exigida da licitante vencedora quando da assinatura do contrato e deverá ser respeitado durante toda a sua execução.

1.16. O orçamento estimado desta licitação, embora presente nos autos, possui caráter sigiloso, tendo em vista o entendimento da Administração de que sua divulgação em fase anterior à da abertura das propostas mostra-se desfavorável para a obtenção da proposta mais vantajosa, contrariando o interesse público e a eficiência. O sigilo tem como objetivo estimular a máxima competitividade na fase de apresentação de propostas e lances, evitando que a disputa de preços se prenda ao valor de referência.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação sob a modalidade Pregão será realizada em sessão pública *on-line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Para participação neste Pregão as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.2.1. Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.2.2. Estar devidamente credenciadas no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.3. Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei n.º 14.133/2021.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

2.5.1. Pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.5.2. Empresa ou sociedade estrangeira;

2.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6. Empresas declaradas impedidas para licitar ou contratar com a União, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021 e

2.5.7. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021

2.6. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

2.6.1. Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

2.6.2. Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

2.6.3. Ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, incluindo-se a proposta com o objeto ofertado e preço, bem como os documentos de habilitação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para utilização do Sistema Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

3.1.1. Credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. Qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança deverá ser comunicado imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.3. O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico www.gov.br/compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os interessados em participar desta licitação deverão acessar o Sistema de Compras do Governo Federal para encaminhar a sua proposta comercial, exclusivamente por meio eletrônico, onde conste a descrição do objeto/item a que se refere, bem como as seguintes informações:

4.1.1. Preço global, indicado em moeda corrente nacional, vedada qualquer identificação nesse momento, sob pena de desclassificação; nos preços propostos deverão estar computados todos os custos necessários ao

atendimento do objeto licitado, incluindo-se todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com materiais e equipamentos, transportes, deslocamentos de pessoas, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização dos valores contratuais nos termos do que consta na Minuta do Contrato – Anexo III, deste Edital.

4.1.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, para fins de se beneficiarem do direito de preferência estabelecido na Lei Complementar n.º 123/2006, deverão declarar, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, que atendem aos requisitos do artigo 3º da referida Lei.

4.1.3. É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

4.2. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.5. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.6. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.

4.7. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

5.3. A partir da abertura da sessão pública até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (*chat*), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6 – DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Por ocasião do início da fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.3.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.3.3. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.4. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4.1. A hipótese de exclusão da proposta implica retirada da licitante da participação do certame.

6.4.2. A licitante que tiver a proposta excluída poderá retornar imediatamente com a sua proposta.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item acima, os autores dos melhores

lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de preços.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará, em coluna própria, para os fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte participantes.

7.2. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa, o sistema fará uma comparação entre a proposta da primeira colocada e as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação.

7.3. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de até 5% (cinco) por cento acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob pena de decair do direito de preferência.

7.3.1. A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão feitos automaticamente pelo sistema.

7.3.2. Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.

7.4. Na hipótese de empate, após a fase de lances, entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% acima da primeira classificada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais, definindo automaticamente a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência de oferta de desempate.

7.4.1. Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas para fins de aceitação pelo pregoeiro.

7.5. Não havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte na faixa de até 5% acima do menor preço obtido na fase de lances, ou não havendo êxito no procedimento de desempate, prevalecerá a classificação inicial.

7.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempates previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.7. O pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.8. Na hipótese do melhor lance conter valor superior ao estimado pela Administração, o pregoeiro encaminhará negociação buscando a obtenção de melhor valor.

7.8.1. A negociação será realizada por meio do chat. No silêncio da licitante serão feitas 03 (três) tentativas consecutivas com intervalos de 05 (cinco) minutos.

7.8.2. Caso a licitante não estiver conectada ao sistema eletrônico ou não apresentar manifestação, o pregoeiro desclassificará sua proposta comercial.

7.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

7.10. Na fase de julgamento das propostas, o pregoeiro solicitará o envio de anexos ou declarações, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), relativamente ao último lance ofertado, e também solicitará apenas ao fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar o envio da proposta, adequada ao valor do lance final ou da negociação, nos moldes do Anexo II deste Edital. Os anexos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo de composição de preços.

7.11. A seguir, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e fixará à licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar, o prazo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, contemplando o lance final ofertado para a prestação dos serviços e constando, obrigatoriamente, o detalhamento dos custos que compõem o preço final, de acordo com o disposto neste Edital, podendo esse prazo ser prorrogado no interesse da Administração. Tais planilhas servirão para acompanhamento da execução do contrato.

7.11.1. Nesta oportunidade, deverá ser entregue juntamente com as Planilhas de Custos e Formação de Preços, a **Convenção Coletiva de Trabalho** das categorias profissionais em questão, com base no último dissídio.

7.11.2. A não apresentação das planilhas ajustadas dentro do prazo estabelecido ou a recusa da licitante em corrigir eventuais erros em seu preenchimento ou em suas fórmulas implicará na recusa da proposta.

7.12. O pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e desclassificará a proposta que:

7.12.1. Contiver vício insanável;

7.12.2. Não obedecer às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;

7.12.3. Apresentar preços inexequíveis ou acima do estimado para a contratação;

7.12.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

7.13. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

7.13.1. Que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

7.13.2. A existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13.3. Será desclassificada a proposta da licitante que não demonstrar a exequibilidade da proposta.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo pregoeiro da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

8.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

8.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

8.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

8.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

8.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal (Fazenda Nacional, INSS e FGTS), Municipal e Trabalhista (CNDT), cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, confirmado por meio de consulta durante a sessão;

8.2.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

8.2.2. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal deverão ser encaminhados ao pregoeiro como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

8.2.2.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

8.2.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal obedecerá o seguinte:

8.2.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.2.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará a inabilitação da licitante.

8.3. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

8.3.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

8.3.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.3.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.3.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

8.3.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

8.3.9. As declarações previstas neste item 8.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo pregoeiro durante a sessão, para posterior juntada ao processo

administrativo.

8.4. Para o fim de **habilitação jurídica**, tratando-se de sociedade empresarial, deverá ser apresentado ato constitutivo consolidado, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com todas as suas alterações, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (art. 66 da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Para fins de **habilitação econômico-financeira**, deverão ser apresentados pela empresa licitante:

8.5.1. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, dentro do prazo de validade, ou se esse não constar, emitidas no período de 30 (trinta) dias antes da abertura da Sessão do Pregão, por todos os Cartórios Distribuidores da sede da licitante;

8.5.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.5.3. A comprovação de boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de Índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC), maiores que um (>1), resultante da aplicação das fórmulas:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG)=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

8.5.4. Para fins de cálculo dos índices referidos no subitem acima, utilizar-se-ão duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento.

8.5.5. Os índices acima poderão ser comprovados através dos dados constantes do SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

8.5.5.1. Alternativamente, o atendimento dos índices econômicos acima poderão ser comprovados através de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

8.5.6. A licitante deverá comprovar, ainda, que **possui patrimônio líquido mínimo de R\$ 944.703,15 (novecentos e quarenta e quatro mil setecentos e três reais e quinze centavos), comprovado por meio do último balanço patrimonial exigível.**

8.6 Para fins de **habilitação técnico-operacional** deverá ser apresentado Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante prestou ou vem prestando serviços de vigilância armada em contrato(s), com um mínimo de 20 (vinte) vigilantes, 07 (sete) postos armados de 12 horas diárias, em período não inferior a 03 (três) anos.

8.6.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.6.2. Para comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, será aceito o somatório de atestados, desde que não concomitantes.

8.6.3. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome, cargo do declarante e contato (telefone, e-mail etc).

8.6.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.6.5. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, aditivo(s) e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.6.6. Autorização para funcionamento como empresa especializada em prestar serviços de vigilância, expedida pela Polícia Federal, nos termos do art. 40 da Lei n.º 14.967/2025, acompanhada da **Revisão de Autorização** para Funcionamento, em vigor na data de abertura da Sessão do Pregão.

8.6.7. Certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, em vigor na data de abertura da Sessão do Pregão.

8.7. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte poderá ser feita mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, ainda, por outro meio idôneo e formal de certificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida por órgão competente, tudo consoante o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.8. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório e no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

9 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. A proposta comercial ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos certidões e/ou declarações/atestados exigidos para habilitação da licitante, serão solicitados pelo pregoeiro, pelo chat, para serem enviados, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

9.1.1. Solicita-se às empresas que as propostas sejam encaminhadas nos moldes do Anexo II deste Edital.

9.2. A proposta comercial deverá conter a identificação da licitante, CNPJ, endereço eletrônico, endereço comercial, números de telefone e *homepage* e ser apresentada obrigatoriamente em meio eletrônico, datada e assinada pelo responsável legal da empresa e deve, ainda, conter:

9.2.1. preço global mensal, indicado em moeda corrente nacional; no referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com materiais e equipamentos, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização dos valores contratuais nos termos do que consta na Minuta de Contrato – Anexo III, deste Edital. Solicita-se às empresas que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, deste Edital.

9.2.2. Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo constante do Anexo IV, deste Edital, a qual deverá atender aos seguintes requisitos:

9.2.2.1. Deverá ser preenchida uma planilha para cada um dos tipos de postos e uma para o posto de encarregado de vigilância, discriminando-se o cargo, a carga horária e a quantidade de trabalhadores;

9.2.2.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ter por base o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional em questão, do último dissídio e deverão constar todos os elementos que influam no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais;

9.2.2.2.1. As Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão ser enviadas, também, no formato “xls” (Excel).

9.2.2.3. Não deverão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preços os tributos Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário;

9.2.2.4. Caso o proponente possuir regime tributário diverso do representado na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada como padrão pelo TRF4, deverá apresentar sua Planilha em formato condizente com o regime tributário ao qual pertence, resguardadas todas as exigências cabíveis constantes da Planilha de referência;

9.2.2.5. Documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do proponente;

9.2.2.6. Apresentar memória dos cálculos que a proponente utilizará para o pagamento de cada verba trabalhista (Intrajornada, Adicional Noturno, Risco de Vida, Descanso Semanal Remunerado, Horas Extras e respectivos reflexos) apontando os correspondentes fundamentos normativos (legislação, convenção coletiva, etc);

9.2.3.A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional que executará os serviços, com base no último dissídio, deverá ser entregue junto com as Planilhas de Custos e Formação de Preços.

9.2.4. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

9.3. Havendo omissão aos prazos referidos neste item, aplicar-se-ão os termos nele estipulados.

9.4. Os documentos e certidões exigidos para habilitação (ver item 8 – DA HABILITAÇÃO) que não estejam contemplados no SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 14.133, de 2021, deverão ser encaminhados ao pregoeiro das seguintes formas:

9.4.1. Mediante solicitação por arquivo anexo ao sistema Compras.gov.br; ou

9.4.2. Digitalizados e enviados para o e-mail dlc@trf4.jus.br.

9.5. A razão social e o número do CNPJ deverão ser os mesmos constantes da documentação de cadastro e Nota Fiscal a ser emitida.

9.6. A licitante vencedora deverá encaminhar cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação, no caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro oportunizará às licitantes, manifestarem motivadamente eventual intenção de interpor recurso, concedendo o prazo de 03 (três) dias para apresentação das suas razões.

10.1.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

10.1.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

10.2. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.3. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

10.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, no prazo de 03 (três) dias, o remeterá, com a sua motivação, à autoridade superior para decidir em 10 (dez) dias.

10.5. Os autos eletrônicos do processo correspondente a este procedimento licitatório poderão ser solicitados ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 11 às 19 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3740/3741 e e-mail: dlc@trf4.jus.br, seja para fins de formulação das razões de recurso ou de contrarrazões.

10.6. A contagem dos prazos será feita em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

10.7. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério de menor preço, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado os atos desta licitação pela autoridade competente.

11.2. A adjudicação será global.

12 – DA NOTA DE EMPENHO

12.1. A Nota de Empenho será emitida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação.

12.1.1. A inobservância deste prazo pela Administração não afeta o direito subjetivo de contratar da licitante vencedora, salvo hipótese de revogação ou nulidade do procedimento.

12.2. Após emitida, a Nota de Empenho será apresentada, remetida ou transmitida à licitante vencedora, pelas formas e meios de comunicação ou intimação previstos neste Edital, constituindo este ato a sua convocação para assinatura do instrumento de contrato.

13 – DO CONTRATO

13.1. Previamente à formalização da contratação, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) para identificar possível ocorrência impeditiva indireta de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 6º-A, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

13.1.1. Integra o presente Edital, em anexo, a minuta do instrumento de contrato, que será assinado eletronicamente entre o TRF4 e a licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações, sob pena de caracterizar renúncia ao seu direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas para a hipótese. A assinatura da licitante vencedora se dará mediante login e senha fornecidos pelo TRF4, em conformidade com a regulamentação do processo administrativo eletrônico do TRF4.

13.1.2. Observado o prazo de validade da proposta, o prazo previsto para a assinatura do instrumento de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e aceita pela Administração.

13.1.3. Na hipótese de prestação de garantia de execução na modalidade seguro-garantia, a assinatura do instrumento seguirá a previsão contida no item 1.12.

13.2. Por ocasião da assinatura do contrato ou até o primeiro dia da sua vigência, a empresa deverá apresentar formalmente ao Gestor, para aceitação do TRF4, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do TRF4 ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do contrato.

13.3. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou se recusar tácita ou expressamente a assinar o instrumento contratual, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

13.3.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.3, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima da licitante vencedora, na forma do art. 90, § 4º, da Lei 14.133/2021.

13.3.2. Poderá ser adjudicado e celebrado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.4. A existência, no quadro societário da licitante vencedora, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, implicará impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

13.5. Por ocasião da prorrogação do contrato, de acordo com o art. 107, da Lei nº 14.133/2021, além da documentação relativa à regularidade fiscal e de débitos trabalhistas, serão consultados os sítios oficiais para verificação da seguinte documentação:

13.5.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

13.5.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

13.5.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

13.5.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

14 – DAS GARANTIAS

14.1. A licitante vencedora deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, no montante equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

14.1.1. Caso opte pelo seguro-garantia, a licitante vencedora terá o prazo de um mês, contado da data da homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

14.1.2. A escolha de uma das demais modalidades deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

14.1.2.1. O prazo suprarreferido poderá ser prorrogado por igual período, a critério e no interesse da Administração, mediante requerimento justificado da licitante vencedora.

14.1.2.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que não pague o prêmio nas datas convencionadas.

14.1.3. A garantia terá validade durante todo o período de execução e após 03 (três) meses do término de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, e será devolvida após o respectivo cumprimento fiel e integral.

14.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique a descoberto, ressalvado o disposto no art. 96, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.2. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual atualizado do contrato.

14.3. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao TRF4, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da licitante vencedora.

14.4. A licitante vencedora é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

14.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

14.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.5.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

14.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

14.6. A modalidade seguro-garantia deverá ser contratada no ramo Segurado – Setor Público e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 14.5, acima.

14.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do TRF4.

15 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

15.1. O objeto da presente licitação será recebido e pago pelo TRF4 de acordo com o constante no Anexo III – Minuta de Contrato, integrante do presente Edital.

16 – DAS SANÇÕES

16.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado da contratação.

16.2. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a licitante poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas neste Edital e no contrato, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

16.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

16.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.2.12. praticar ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.3. Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 156, "caput", da Lei n.º 14.133/2021.

16.4. As multas e outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante ou contratada, no SICAF.

16.5. Assinado o contrato (vide Anexo III), prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Edital estará à disposição dos interessados no Núcleo de Licitações e Contratos, nos dias úteis, das 11h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp/pt-br, www.gov.br/compras/pt-br e www.trf4.gov.br.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

17.4. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

17.5. Caso verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, o pregoeiro poderá encaminhar à Comissão de Contratação os documentos de habilitação, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.

17.6. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

17.7. Informações complementares ou esclarecimentos de dúvidas relativas a esta licitação, inclusive técnicas, deverão ser solicitadas ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 11 às 19 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3741/3745, e e-mail: dlc@trf4.jus.br, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação.

17.8. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas/encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão desta licitação, por meio eletrônico, para o endereço dlc@trf4.jus.br, ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, sendo consideradas recebidas na data/hora de sua chegada.

17.9. As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.gov.br e vincularão os participantes e a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento, sem prejuízo da sua disponibilização na página do TRF4.

17.10. O pedido de vista aos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, deverá ser solicitado pelo e-mail; dlc@trf4.jus.br, e a liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante.

17.11. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

17.11.1. Anexo I – Termo de Referência;

17.11.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

17.11.3. Anexo III – Minuta de Contrato;

17.11.4. Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços;

17.11.5. Anexo V - Acordo de Cooperação n.º 201/2022 (TRF4/CEF);

17.11.6. Anexo VI – Resolução n.º 651/2025-CNJ;

17.11.7. Anexo VIII - Resolução n.º 497/2023-CNJ.

17.12. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas desta licitação.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Vigilância armada nas instalações do TRF da 4ª Região.

2. Justificativas

A contratação proposta tem como finalidade proporcionar complemento ao sistema de segurança do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esses serviços complementares serão executados mediante a contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância armada, que disponibilizará pessoal treinado e credenciado para execução dos serviços no prédio sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sito na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 (torres A e B), e seu prédio anexo, sito na Rua Ibanor José Tartarotti, nº 170, ambos no bairro Praia de Belas, na cidade de Porto Alegre – RS.

É constante a preocupação da Administração deste Tribunal no que toca ao cuidado com a integridade das pessoas que o frequentam, trabalham e com o patrimônio público – nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa IN-42-A-08. Visto a grande visibilidade que o TRF da 4ª Região adquiriu em virtude dos julgamentos com grande interesse público, o que representa várias manifestações no entorno do prédio do Tribunal. Grande parte das ações relacionadas ao objetivo de tornar esta Casa segura são obtidas por meio de um rigoroso controle de acesso e de uma presença ostensiva do pessoal envolvido na segurança. Não menos relevante é a questão de proporcionar atendimento adequado aos jurisdicionados e seus procuradores, sem olvidar o público interno – composto por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.

Como maneira de atingir e manter um ambiente seguro e um bom atendimento necessita-se de material humano qualificado e estrutura física compatível, sob pena de comprometer algum desses aspectos. Por isso, é fundamental que ambas as frentes estejam bem compostas (segurança e bom atendimento), funcionando com agilidade e eficiência. Trata-se de um sistema complexo formado por equipamentos e sensores, móveis, portas, catracas que justificam a presença de profissionais qualificados que possibilitem o atendimento ágil e cordial aos visitantes sem, no entanto, descuidar dos procedimentos de segurança.

Face à limitação numérica dos servidores do cargo da especialidade segurança e transporte, o emprego da força terceirizada para prestação desses serviços é indicada e necessária

para a manutenção do nível de segurança desta Corte.

Diante do quadro, reitera-se que a contratação pretendida se justifica plenamente pelo benefício de garantir o perfeito andamento das atividades deste Tribunal, na medida em que isso somente é possível num ambiente seguro onde a ordem é mantida.

Ainda, por oportuno, é possível facilmente identificar o alinhamento desta proposta com as diretrizes que buscam promover o aprimoramento da comunicação com o público externo e interno, na medida em que, geralmente, o primeiro contato do procurador ou da parte que busca atendimento no TRF da 4ª Região é feito com os integrantes da área de segurança. Para que esse atendimento seja favorecido, entende-se como essencial contarmos com um efetivo adequado, tanto em número como em qualificação.

3. Requisitos do Serviço

3.1 Para a prestação dos serviços e objetivando assegurar a qualidade desejada, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar profissionais que apresentem, no mínimo:

a. Escolaridade; 4ª série do ensino fundamental (conforme item 1, j do ANEXO I da PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF de 2012), exceto para o encarregado de vigilância, que deverá possuir, além dos demais requisitos legais para a atividade de vigilância, ensino médio completo e experiência em liderança de equipes;

b. Experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses;

c. Curso de formação em Vigilância, com sua renovação atualizada;

d. Conhecimento básico de informática; Iniciativa e fluência verbal;

e. Facilidade de relacionamento;

f. Capacidade de trabalho em equipe;

g. Demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades.

3.2 Para comprovação de requisitos de qualificação técnica se faz necessário que a empresa de vigilância apresente:

a. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou, ou vem prestando, satisfatoriamente, serviços de vigilância armada em contrato(s), com um mínimo de 20 (vinte) vigilantes, 07 (sete) postos armados de 12 horas diárias, em período não inferior a 03 (três) anos.

b. Prova de autorização para funcionamento como empresa especializada em prestar serviços de vigilância, concedida pela Polícia Federal, nos termos do art. 40 da Lei n.º 14.967/2025;

- c. Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto deste procedimento em plena validade;
- d. Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal.

4. Expectativa Pretendida

Os serviços de vigilância são amplamente conhecidos no âmbito do serviço público. Basicamente o serviço presta segurança diurna e noturna atuando de modo a evitar imprevistos de segurança. Neste contexto destacamos os resultados pretendidos conforme abaixo:

- a. Evitar invasões no TRF da 4ª Região nos períodos diurnos e noturnos;
- b. Ter colaboradores nos acessos de pessoas e veículos de modo a permitir a entrada somente de pessoas autorizadas;
- c. Evitar que visitantes tenham acesso indevido;
- d. Ter segurança patrimonial e pessoal que atenda a descrição dos serviços, rotinas e procedimentos das atividades de vigilância descritas a seguir;
- e. Evitar gastos excessivos com o aumento do efetivo na vigilância;
- f. Ter assiduidade dos colaboradores;
- g. Evitar perdas patrimoniais com roubos ou vandalismo;
- h. Reduzir a zero a aplicação de sanções, induzido por fiscalização contratual atuante, com a seleção de uma empresa plenamente capacitada.

5. Especificações das Obrigações da Contratada na Execução do Objeto do Contrato

5.1 - Os serviços de vigilância compreendem a execução de atividades de segurança e prevenção. Desta forma, diversas são as atividades pertinentes, contudo destaca-se a realização de rondas, serviços de vistoria na portaria, prontidão na portaria evitando invasões, portar armas para coibir revide armado, verificação de condições de segurança conforme orientação do TRF da 4ª Região.

5.2 – A execução dos serviços, envolve mão-de-obra capacitada e qualificada a serem prestados nos postos de trabalhos designados com fundamento nos critérios seguintes:

5.2.1 - Proteger as instalações, o patrimônio e a integridade física dos magistrados, servidores e usuários da Justiça Federal contra ação de terceiros;

5.2.2 – Os serviços de vigilância serão realizados com base em postos previamente estabelecidos, que poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em

parte, nos estritos limites estabelecidos pela norma em vigor;

5.2.3 – A atividade do vigilante será coordenada por Preposto da Contratada, por ela indicado, que receberá instruções do Gestor, do Fiscal do Contrato e unidade de Segurança;

5.2.4 – Os serviços de vigilância a serem contratados compreendem, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em norma específica:

5.2.4.1 – Na constância do serviço, comunicar imediatamente, verbalmente e a seguir por escrito, à Diretoria de Segurança, Transporte e Expedição, e ao responsável pelo serviço, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, evitando-se risco ao patrimônio público;

5.2.4.2 – Manter afixado no posto, em local visível, os números de telefones para emergências, como: Diretoria da Diretoria de Segurança, Transporte e Expedição, Diretor da Divisão de Segurança e Transporte e seus supervisores, da Área Protegida de Emergências Médicas, da Polícia Federal, Polícia Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, Plantão Judiciário, dos responsáveis pelas áreas de informática, manutenção predial e outros do interesse indicados para o melhor desempenho das atividades;

5.2.4.3 – Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações dos postos, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;

5.2.4.4 – Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna, mantendo sempre os portões e/ou cancelas fechados, e não permitindo a entrada de veículos não autorizados;

5.2.4.5 – Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo e órgão de lotação;

5.2.4.6 – Repassar para o(s) vigilante(s) que está (ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas, e eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

5.2.4.7 - Efetuar vistoria no prédio quando da troca de turnos, acompanhado do seu substituto, comunicando-lhe quaisquer irregularidades ocorridas, as quais deverão ser anotadas em Livro de Ocorrência, antes de proceder à entrega das chaves que lhe tenham sido confiadas;

5.2.4.8 – Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Instituição, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

5.2.4.9 – Registrar a entrada e permanência de pessoas estranhas nas dependências do TRF da 4ª Região, primando pela qualidade do controle de acesso de pessoas;

5.2.4.10 – Não permitir, a não ser com autorização expressa e formal do Contratante, fora do horário normal de funcionamento dos serviços, a entrada de pessoas estranhas nas dependências do TRF da 4ª Região;

5.2.4.11 – Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações;

5.2.4.12 – Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável;

5.2.4.13 – Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pelo serviço e à área de segurança do Contratante, no caso de desobediência;

5.2.4.14 – Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.2.4.15 – Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida do Gestor de Segurança, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

5.2.4.16 – Assumir diariamente o posto, com crachá, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;

5.2.4.17 - Manter os vigilantes nos postos, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente, para atender chamado ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

5.2.4.18 - Registrar e controlar, juntamente com Gestor de Segurança, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, e as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

5.2.4.19 – Observar as normas de segurança do TRF da 4ª Região e as determinações da Diretoria de Segurança, Transporte e Expedição pertinentes ao bom andamento dos trabalhos de vigilância;

5.2.4.20 – Ligar e desligar as luzes, nos horários a serem estabelecidos;

5.2.4.21 - Verificar se estão iluminadas as áreas dos prédios pré-determinadas pela Contratante, e se as demais luzes estão apagadas, registrando nos Livros de Ocorrência os locais onde porventura forem deixadas luzes acesas;

5.2.4.22 – Permitir ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

5.2.4.23 – Conhecer a localização e saber fazer uso dos controles gerais de eletricidade, extintores e alarmes, sabendo utilizá-los em caso de necessidade;

5.2.4.24 – Não permitir, a não ser com autorização expressa e formal do Gestor da Segurança:

a) a saída de qualquer material ou equipamento, patrimônio e/ou materiais pertencentes à Contratante, em todo e qualquer acesso das instalações, sem a devida autorização;

b) a afixação de cartazes nas dependências dos prédios;

5.2.4.25 – Não utilizar para fins que não sejam unicamente os necessários ao desempenho da atividade de vigilância, os equipamentos de comunicação (rádios e telefones) e informática, disponibilizados pelo TRF da 4ª Região ou pela Contratada, nos postos;

5.2.4.26 – Responsabilizar-se integralmente pelos equipamentos disponibilizados pelo TRF da 4ª Região, quando for o caso, obrigando-se a ressarcir quaisquer danos causados pelo uso inadequado dos aparelhos;

5.2.4.27 – Não manter nas dependências dos postos equipamentos eletrônicos, como TVs, smartphones e similares, com a finalidade de não comprometer a total atenção ao trabalho durante a jornada;

5.2.4.28 – Substituir, a pedido do Gestor de Segurança, independente de declinação de motivos, qualquer funcionário da empresa de vigilância, sempre que seu perfil não corresponda ao desejado para a melhor execução dos serviços, fazendo-o imediatamente após o recebimento da correspondente comunicação. Fica vedado o retorno dos empregados substituídos às dependências do TRF da 4ª Região para cobertura de: licenças, faltas, dispensas, suspensão ou férias de outros vigilantes;

5.2.4.29 – Efetuar a reposição da mão de obra nos postos, em caráter imediato, até 02 (duas) horas do horário de entrada, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, “dobra”;

5.2.4.30 – Fornecer armamento, munição e outros equipamentos que se façam necessários ao bom desempenho dos serviços de vigilância, tais como cintos, coldres, coletes à prova de balas, bastões e outros, disponibilizando uniformes padronizados e crachás de identificação aos empregados designados para prestarem os serviços de vigilância;

5.2.4.31 – Reparar quaisquer danos causados às instalações do prédio ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado, sem ônus para o Tribunal.

5.2.4.32 - Registrar, diariamente, a permanência de pessoas nas repartições após o término do expediente normal;

5.2.4.33 – Verificar, por ocasião de cada vistoria regular nos prédios, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para a espécie;

5.2.4.34 - Proceder à ronda noturna, em toda a área perimetral das instalações e estacionamentos do TRF da 4ª Região, com o objetivo de impedir incursões e danos materiais à propriedade;

5.2.4.35 - Não permitir o ingresso de arma de fogo ou arma branca de qualquer espécie, sendo portada, ou no interior de bolsa, mala ou maleta, ao passar pelos equipamentos de verificação existentes nas portarias desta Corte. Caso ocorra, haverá a necessidade de solicitar ao verificado que abra o invólucro e faça a amostragem do objeto identificado, a seguir, conduzindo a pessoa que está de posse da arma que a deposite no cofre apropriado na portaria do Tribunal, na presença de um agente de polícia judicial.

5.2.4.35.a - Deverá a contratada compor os postos com importância estratégica no acesso de pessoas com vigilantes experientes, mobiliando os aparelhos de RX, portal detector de metais, esteira de scanner de raio-x e catracas, com atenção especial para impedir acesso de armas de fogo e arma branca.

5.2.4.36- Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa em traje incompatível com o ambiente de trabalho, para cuja ocorrência deverá ser comunicado o responsável da área de segurança do Contratante, salvo quando ficar caracterizada situação de emergência com potencial risco de vida e reconhecida necessidade de pronto-atendimento/socorro médico, devendo, sempre que possível, consultar a fiscalização;

5.2.4.37 - Não permitir, nas dependências do TRF da 4ª Região, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da Diretoria de Segurança e Transportes, exceto cão-guia;

5.2.4.38 - Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida ao responsável da área de segurança do Contratante;

5.2.4.39 - Não permitir a entrada de menor desacompanhado sem que seja feita sua identificação e o contato com a pessoa com quem o menor deseja falar ou visitar, assegurando-se de que a pessoa contatada ou a ser visitada pelo menor por ele se responsabilize durante sua permanência nas dependências do TRF da 4ª Região; no caso de encontrar crianças próximas a escadas ou em situações de risco, comunicar o fato imediatamente ao responsável da área de segurança do Contratante;

5.2.4.40 - Garantir ao(s) portador(es) de deficiência(s) física(s) de locomoção a preferência de trânsito e acesso aos elevadores, acompanhando-o(s), quando for o caso, no embarque e desembarque de veículos;

5.2.4.41 - Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias às suas obrigações durante seu turno de trabalho;

5.2.4.42 - Hastear e arriar, diariamente, a Bandeira Nacional, e as demais previstas, de acordo com os horários estabelecidos na legislação vigente;

5.2.4.43 - Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos a saúde, sem antes levar a questão à apreciação do responsável da área de segurança do Contratante;

5.2.4.44 - Não permitir a entrada de embrulho(s), volume(s), pacote(s), mala(s), bolsa(s), sacola(s) ou outro(s) assemelhado(s) quando o portador se negar a discriminar e, se necessário, exibir, o conteúdo do(s) mesmo(s). Nessas situações, deve oferecer a alternativa de guarda, devidamente identificada, do(s) objeto(s) nos escaninhos existentes na entrada principal do TRF da 4ª Região. Caso essa alternativa seja também recusada, o fato será imediatamente levado ao conhecimento do responsável da área de segurança do Contratante;

5.2.4.45 – A saída de qualquer bem material, de consumo ou vinculado ao patrimônio do Contratante, das suas dependências, somente será permitida mediante a apresentação de formulário próprio de “Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo”, devidamente preenchido e assinado pela autoridade competente. Todo o procedimento de saída deverá ser acompanhado pelo responsável da área de segurança do Contratante ou por vigilante por ele designado, devendo uma via da “Autorização” ser remetida à Diretoria de Segurança, Transporte e Expedição do Contratante, sendo todo o procedimento registrado em Livro de Ocorrência;

5.2.4.46 – O(s) bem(ns) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal conduzido(s) pelo respectivo proprietário e comprovada posse, somente terá(ão) permissão de acesso às dependências do TRF da 4ª Região após submetido(s) ao cadastro do referido e à verificação/avaliação do responsável da área de segurança do Contratante ou de vigilante por ele designado, condição essencial para que seja concedida, inclusive, a necessária autorização de saída;

5.2.4.47 – O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver(em) acesso às dependências do TRF da 4ª Região e, dessa forma, vier(em) a exibir o conteúdo de sua(s) mala(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outro(s), o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, submeta(m)-se à verificação do responsável da área de segurança do Contratante ou de vigilante por ele designado;

5.2.4.48 – Compete ao responsável da área de segurança do Contratante, ou a vigilante por ele designado, acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade da Contratante, venham a deixar suas dependências;

5.2.4.49 – Fornecer cópia dos comprovantes de pagamento mensal do salário efetivamente pagos aos vigilantes que trabalham nas dependências do TRF da 4ª Região;

5.2.4.50 – Estabelecer, um escritório, em Porto Alegre/RS, o qual deverá dispor de instalações físicas adequadas, pessoal e meios de comunicação com, no mínimo, uma linha telefônica e um endereço eletrônico, de forma a viabilizar o pronto atendimento às solicitações do

TRF da 4ª Região, devendo comprovar essa condição em até 30 dias contados da data inicial da vigência do contrato;

5.2.4.51 – Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do Gestor/Fiscal Requisitante dos serviços para acompanhamento da execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações e observações formuladas.

5.2.5 - Um dos vigilantes residentes nas dependências do TRF4 exercerá a função de encarregado de vigilância, devendo possuir formação e experiência diferenciada, conforme item 3 deste TR, percebendo além da remuneração normativa para a atividade de vigilância exigida, um adicional de encarregado de no mínimo 50% sobre a remuneração normativa e que constará na planilha de custos. O encarregado de vigilância, que atuará em um dos postos descritos neste TR, não se confunde com o preposto da contratada, sendo apenas o vigilante responsável pela liderança da equipe residente e ponto principal de contato com a gestão contratual do TRF4 para cumprimento dos deveres previstos nesse termo de referência, exercendo as seguintes atribuições genéricas, além de outras que se relacionam com o serviço de vigilância contratado:

5.2.5.1 - receber orientações operacionais da gestão do contrato e transmiti-las a equipe, podendo dar sugestões que tenham como objetivo o aprimoramento da segurança institucional;

5.2.5.2 - atuar como um primeiro canal de ligação entre vigilantes e empresa contratada para esclarecimentos de assuntos de natureza administrativa, salarial e demais obrigações legais da contratada, contatando o preposto, se necessário.

5.2.5.3 - comunicar a empresa contratada, sem prejuízo da atuação da fiscalização, a falta do vigilante no posto e apresentação de substituto.

5.2.5.4 - comunicar a empresa contratada, sem prejuízo da atuação da fiscalização, qualquer falta de equipamento, uniforme ou material indispensável para o exercício do serviço de vigilância contratado.

5.3 Registro Eletrônico de Frequência

Visando modernizar a forma de tratamento do ponto dos vigilantes, vê-se a necessidade da implantação do registro eletrônico de ponto. Isso possibilitará:

- a. Verificar o efetivo cumprimento de carga horária;
- b. Otimizar o controle de frequência dos vigilantes;
- c. Ampliar os mecanismos de gestão do contrato, evitando possíveis erros de interpretação comuns no sistema analógico;
- d. Fomentar a transparência, racionalização administrativa (menos papel, economicidade); fidedignidade dos registros, não havendo qualquer dispositivo que permita a

alteração dos dados registrados;

e. Disponibilizar ao gestor e fiscal do contrato das marcações diárias do ponto.

5.3.1 Assim a Contratada:

a. Obriga-se a instalar RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO, para registro diário dos horários de início e fim da jornada de trabalho dos seus empregados nas dependências do TRF da 4ª Região, bem como eventuais intervalos, emitindo relatórios diários e mensais discriminados para o Contratante.

b. O local de instalação do controle de ponto deve ser previamente autorizado pelo Contratante;

c. Qualquer inserção de dados no cartão-ponto, realizado manualmente pela Contratada, deverá ser comunicada e justificada à Contratante na data da ocorrência.

d. A Contratada obriga-se a dar acesso aos dados do controle do ponto eletrônico, possibilitando ao Contratante a elaboração de planilha de controle de frequência. É vedada ao Contratante a alteração de qualquer dado eletrônico acessado atendendo à legislação em vigor, estipulado pelo Ministério do Trabalho;

6. Do Fornecimento de Rádios Intercomunicadores

O serviço de vigilância nas instalações do TRF da 4ª Região deverá contar com o fornecimento, por parte da empresa contratada, de rádios com tecnologia digital aos vigilantes para todos os postos de serviço. Os Rádios deverão operar com a frequência utilizada pela segurança orgânica do Tribunal, proporcionando maior eficiência ao sistema de segurança.

7. Designação dos Postos de Trabalho

Como dito no Estudo Técnico Preliminar 8305487, contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância armada e desarmada nas dependências do Tribunal Regional Federal da 4ª Região está legalmente amparada. Sendo considerados o quantitativo e o tipo de postos adequados as necessidades deste Regional até então, entretanto já mencionado que número de vigilantes e de postos presentes atualmente foi consideravelmente reduzido nos últimos anos, sendo que o quantitativo atual era, por ora, considerando a complexidade da área a ser guarnecida, o mínimo adequado a eficiência da prestação do serviço. Todavia a área de Segurança Institucional tem sido reformulada para modernização e otimização das atividades e recursos humanos. Há recente aprovação de Protocolos Operacionais Padrão para toda Justiça Federal da 4ª Região e Grupo de Trabalho específico para instrução de processo para contratação de novo sistema de controle de acessos integrado com sistemas de controle dos demais equipamentos de segurança para

efetivamente proporcionar uma maior qualificação na prestação de serviços de segurança institucional.

Perante a realidade previsível para o início da vigência da contratação pretendida, é possível ter convicção de que as características e periodicidade dos postos deverão ter a seguinte configuração, com acréscimo do posto de vigilância desarmada diurno, 8h diárias, ininterrupto, dias úteis, 5 x 2 por iniciativa da Seção de Inteligência, após elaboração do Estudo Técnico Preliminar 8311222:

Tipo de Posto	n.º de postos
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	02 (dois)
Posto de vigilância desarmada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2.	05 (cinco)
Posto de vigilância armada diurno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala 12 x 36.	10 (dez)
Posto de vigilância armada noturno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala de 12 x 36.	06 (seis)
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2 - Encarregado da Vigilância	01 (um)
Posto de vigilância desarmada diurno, 8 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	01(um)

7. 1 - Prédio sede e anexo, dias úteis, diurno (das 09h às 19h), posto de vigilância armada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2 - Encarregado da vigilância.

7.2 - Prédio sede, dias úteis, diurno (das 08h às 18h), posto de vigilância desarmada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, para atendimento na portaria principal (P1), efetuando controle de acesso de pessoas;

7.3 - Prédio sede, dias úteis, diurno (das 09h às 19h), posto de vigilância desarmada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, para atendimento na portaria principal (P1), efetuando controle de acesso de pessoas;

7.4 - Prédio sede, dias úteis, diurno (das 07h às 17h), posto de vigilância desarmada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, para atendimento na garagem do prédio judicial, efetuando controle de acesso, inclusive do acesso alternativo para portadores de necessidades especiais;

7.5 - Prédio sede, dias úteis, diurno (das 10h às 20h), posto de vigilância desarmada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, para atendimento na Diretoria de Segurança efetuando identificação dos usuários (as) que venham a requerer entrada, bem como realizar atendimento presencial destes usuários (as) para fins de segurança institucional em área restrita do prédio administrativo, efetuando controle de acesso;

7.6 - Prédio Sede, dias úteis, diurno (das 10h às 20h), posto de vigilância desarmada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, catraca de saída no pavimento térreo do prédio judicial - (P1) - controle de fluxo de saída, apoio na segurança armada da entrada-saída principal.

7.7 - Prédio sede, dias úteis, diurno (das 10h às 20h), posto de vigilância armada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, para atendimento na garagem do prédio judicial, efetuando controle de acesso, inclusive do acesso alternativo para portadores de necessidades especiais;

7.8 - Estacionamento externo ao Prédio Sede, dias úteis, diurno (das 09h às 19h), posto de vigilância armada de 10 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, na guarita de entrada do estacionamento - "G7";

7.9 - Prédio sede, diurnos (das 07h às 19h), de segunda a domingo, escala 12 X 36, posto de vigilância armada de 12 horas, total de 05 (cinco) postos, assim distribuídos:

a) guarita de entrada – "G1" (01 posto)

b) guarita de saída – "G2" (01 posto)

c) portaria principal e scanner de raio-x - "P1" (01 posto)

d) rondas - "móvel" (01 posto)

e) doca de carga e descarga e acesso do público interno, no pavimento garagem do prédio administrativo - "Doca" (01 posto);

7.10 - Prédio sede, diurnos (das 08h às 20h), de segunda a domingo, escala 12 X 36, posto de vigilância armada de 12 horas, total de 02 (dois) postos, assim distribuídos:

a) guarita Rua Ibanor José Tartarotti acesso ao prédio Anexo e estacionamento – "G5" (01 posto)

b) guarita de entrada junto a escadaria principal e acesso de portadores de necessidades especiais - "G4" (01 posto)

7.11 - Prédio sede, dias úteis, diurno (das 11h às 19h), posto de vigilância desarmada de 8 horas, ininterrupto, total de 01 (um) posto, na escala de 5x2, para atendimento no 9º pavimento da Torre A - Judicial, efetuando identificação dos usuários (as) que venham a requerer entrada na Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral, efetuando controle de acesso;

7.12 - Prédio sede, de segunda-feira a domingo, noturno (das 19h às 07h), posto de vigilância armada de 12 horas, escala 12 X 36, total de 04 (quatro) postos, assim distribuídos:

- a) guarita de entrada – "G1" (01 posto)
- b) guarita de saída – "G2" (01 posto)
- c) portaria principal e scanner de raio-x - "P1" (01 posto)
- d) rondas - "móvel" (01 posto)

7.13 - Prédio anexo, postos de vigilância armada, conforme abaixo:

a) 03 (três) postos de 12 horas diurnas (das 07h às 19h), 12 X 36, de segunda a domingo - "portaria, guarita sul e guarita norte";

b) 02 (dois) postos de 12 horas noturnas (das 19h às 07h), 12 X 36, de segunda a domingo - "portaria e guarita sul".

8. Custo estimado da contratação

O NUCONT/DIRAD do TRF da 4ª Região elaborará estimativa de preços com base no contrato vigente e atualizações.

9. Quanto a designação de Fiscal e Gestor do Contrato

Em função do contrato que será estabelecido informa-se que o(a) Diretora da Diretoria de Segurança, Transporte e Expedição atuará como GESTOR(A), e que o(a) Diretor(a) da Divisão de Segurança e Transporte atuará como FISCAL no contrato cujo objeto será a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Vigilância armada e desarmada nas instalações do TRF da 4ª Região.

Quanto à fiscalização Administrativa poderá ser indicada futuramente pela Diretoria Administrativa.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Razão Social da Empresa:

2. CNPJ n.º(*):

3. Endereço:

4. Telefone:

E-mail:

A empresa acima qualificada apresenta sua proposta para os serviços objeto do Pregão Eletrônico n.º 90007/2026, de acordo com as especificações/condições constantes do Edital, seus Anexos e abaixo indicadas:

TIPO DE POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	PREÇO UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Posto de vigilância desarmada diurno, 8 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	1			
Posto de vigilância desarmada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2	5			
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2.	2			
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2 - ENCARREGADO	1			
Posto de vigilância armada diurno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala 12 x 36.	10			
Posto de vigilância armada noturno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala de 12 x 36.	6			
Valor Global - 30 meses				R\$

Observações:

a) O preço com o qual a licitante concorrerá é o **Valor Global**, que será apurado pelo somatório dos valores da última coluna (valor anual), que englobam os postos de vigilância do Prédio-Sede e Anexo do TRF4.

b) A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo estipulado pelo pregoeiro, as **novas Planilhas de Custos e Formação de Preços** (modelo conforme Anexo IV do Edital) adequadas ao lance final.

5. Prazo de validade da proposta: (no mínimo sessenta dias, observado o que dispõe o Edital);

6. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE que assinará o contrato, caso vencedora do certame:

a) nome completo:

b) CPF:

c) e-mail:

d) telefone:

e) celular:

6.1. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá encaminhar junto com esta proposta cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

ATENÇÃO: As empresas deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do Contrato. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Gestão do Sistema SEI deste Tribunal, por intermédio dos telefones (51) 3213-3820/3821 e e-mail: sei@trf4.jus.br.

....., de de 2026

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

Carimbo CNPJ da empresa abaixo

(*) O número do CNPJ deve ser indicado claramente, devendo ser o mesmo constante da documentação do Cadastro e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato n.º/2026, de prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados junto aos prédios do TRF4, firmado entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a empresa Processo Administrativo n.º 0002574-92.2026.4.04.8000.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**, UASG 090030, com sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.518.737/0001-19, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. Zenone Szydlowski, e a empresa....., com sede na....., inscrita no CNPJ sob o n.º....., endereço eletrônico, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por, Sr.(a), CPF n.º, firmam o presente Contrato de prestação do objeto abaixo descrito, oriundo da licitação na modalidade Pregão n.º 90007/2026, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, conforme o Edital da Licitação, proposta da licitante vencedora e Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/2006, Resolução n.º 651/2025, do CNJ e sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta contratação a prestação de serviços de vigilância armada, realizados por pessoal treinado e credenciado, a serem executados nas dependências do Prédio-Sede e Prédio Anexo do CONTRATANTE, localizados na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300 e na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170, ambos no bairro Praia de Belas, cidade de Porto Alegre/RS.

1.1.1. O pessoal designado para a prestação dos serviços deverá estar sob regime de relação de emprego, mediante remuneração, subordinação e assiduidade com a CONTRATADA.

1.2. Na tabela abaixo encontram-se as especificações dos tipos, quantitativos de postos e escala de trabalho necessários à prestação dos serviços objeto do presente Instrumento:

Tipo de Posto	n.º de postos
Posto de vigilância desarmada diurno, 8 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	1 (um)
Posto de vigilância desarmada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, escala 5 x 2.	5 (cinco)
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2.	2 (dois)
Posto de vigilância armada diurno, 10 horas diárias, dias úteis, na escala de 5 x 2 - ENCARREGADO	1 (um)
Posto de vigilância armada diurno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala 12 x 36.	10 (dez)
Posto de vigilância armada noturno, 12 horas diárias, de segunda a domingo, na escala de 12 x 36.	6 (seis)

1.3. Os serviços contratados serão prestados de acordo com o constante no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

1.4. A CONTRATADA deverá fornecer armamento, munição e outros materiais e equipamentos em número compatível para o pleno desempenho dos serviços contratados (cintos, coldres, coletes a prova de balas, bastão etc.), bem como disponibilizar uniformes padronizados e crachás de identificação aos empregados designados para prestarem os serviços.

1.4.1. Os uniformes dos(as) profissionais alocados nas áreas de atendimento ao público deverão ser diferenciados da vigilância padrão e adequados aos serviços de recepção institucional.

1.4.2. Os uniformes deverão estar sempre limpos e em perfeitas condições de uso.

1.5. A CONTRATADA deverá fornecer rádios com tecnologia digital aos vigilantes para todos os postos de serviço.

1.5.1. Os rádios deverão operar com a frequência utilizada pela segurança orgânica do CONTRATANTE, proporcionando maior eficiência ao sistema de segurança.

1.6. A CONTRATADA deverá instalar equipamento eletrônico de ponto biométrico, para registro diário dos horários de início e fim da jornada de trabalho dos seus empregados nas dependências do CONTRATANTE, bem como dos intervalos regulamentares, emitindo relatórios diários e mensais discriminados para a gestão contratual.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados a partir de 01/11/2026, admitida sua prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada e até o adimplemento recíproco das obrigações dele decorrentes.
- 2.7. O Contrato não poderá ser prorrogado quando:
- 2.7.1. A CONTRATADA tiver sido declarada Inidônea ou impedida de licitar ou contratar com a União ou pelo CONTRATANTE.
- 2.7.2. A CONTRATADA não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista.
- 2.7.3. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do Contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

CLÁUSULA III – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 3.1. Em garantia do cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA, atendendo ao disposto no Edital, entregará ao CONTRATANTE comprovante de prestação de garantia, correspondente à 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, correspondendo à importância de R\$ (.....) referente à garantia de execução.
- 3.1.1. A garantia terá validade durante todo o período de execução e após 90 dias do término de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, e será devolvida após o respectivo cumprimento fiel e integral do Contrato.
- 3.1.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique a descoberto, ressalvado o disposto no art. 96, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.2. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual atualizado do Contrato.

3.3. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao CONTRATANTE, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA.

3.4. A CONTRATADA é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

3.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

3.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

3.5.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

3.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

3.5.4. obrigações trabalhistas, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

3.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.

3.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

3.8. O CONTRATANTE não executará a garantia somente nas seguintes hipóteses:

3.8.1. caso fortuito ou força maior;

3.8.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

3.8.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos do CONTRATANTE; ou

3.8.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

3.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

3.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.11. A modalidade título de capitalização será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

3.11.1. A CONTRATADA autoriza a resgatar o título caucionado, a qualquer momento, mesmo antes do prazo final de capitalização, inclusive com atualização monetária devida, e, na hipótese de resgate antecipado, após o pagamento da importância devida, o CONTRATANTE restituirá o saldo que porventura haja em favor da CONTRATADA.

3.11.3. A CONTRATADA se obriga a realizar a contratação de novos títulos para substituição daqueles dados em garantia, no curso da contratação, caso haja o resgate antecipado.

CLÁUSULA IV - DO PREÇO

4.1. Pela execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ (.....), composto pelos valores unitários mensais discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços, anexa a este Contrato.

4.2. Incluídos no preço acima estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, bem como despesas com transporte, que correrão por conta da CONTRATADA.

4.3. **Os pagamentos mensais ficam condicionados à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas exigíveis relativas ao mês da prestação dos serviços, tais como: comprovação de pagamento de salários, vale-transporte, vale-alimentação, etc.**

CLÁUSULA V - DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

5.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços, apresentada pela CONTRATADA por ocasião da aceitação no Pregão Eletrônico, integra este Contrato, assim como a Proposta.

5.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços é o instrumento pelo qual o CONTRATANTE acompanhará a execução contratual no que tange ao pagamento dos funcionários da CONTRATADA, ao recolhimento dos encargos previdenciários e fundiários incidentes e demais parcelas que demonstram os custos desta contratação.

5.2.1. Os valores relativos a salários pagos aos funcionários da CONTRATADA durante a execução contratual deverão manter, no mínimo, os valores indicados na Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.2.1.1. A fiscalização do cumprimento da Cláusula anterior será realizada mensalmente por ocasião do preparo dos pagamentos.

5.3. Igualmente, a Planilha de Custos e Formação de Preços será a base para avaliar, calcular e, se for o caso, conceder as repactuações ao Contrato, tema que é contemplado em Cláusula própria.

5.3.1. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação sofrerão os ajustes necessários.

5.3.1.1. No caso específico do Aviso Prévio Trabalhado e do Aviso Prévio Indenizado, conforme entendimento do TCU, expresso no Acórdão n.º 1.186/2017 – Plenário, após o decurso de um ano os percentuais iniciais incidentes sobre a remuneração serão reduzidos à décima parte do índice inicial, calculados sobre a mesma base.

5.4. O profissional designado para a atividade de preposto não consta das planilhas detalhadas aplicadas aos demais cargos. A previsão do custo de suas atuações no Contrato estão contempladas nos Custos Indiretos, Módulo V “A”, da Planilha de Custos e Formação de Preços.

CLÁUSULA VI- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: Programa 168396 - Julgamento de Causas na Justiça Federal; Natureza da Despesa 3390.37 - Locação de mão de obra e Nota de Empenho n.º, datada de

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA deve cumprir o objeto deste Contrato, nos termos de sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e com as condições estabelecidas em suas cláusulas, com as regras do Edital da licitação, além das constantes do Anexo I – Termo de Referência.

7.2. Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

7.3. A CONTRATADA deve atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE, relativamente à execução do seu objeto nos termos pactuados ou para o cumprimento de obrigações acessórias.

7.4. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do Contrato, para aceitação do CONTRATANTE, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do CONTRATANTE ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do Contrato.

7.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

7.5. A CONTRATADA deve comprovar o vínculo societário ou empregatício do(s) profissional(is) que vier(em) prestar serviços nas dependências do CONTRATANTE mediante a apresentação do Contrato Social ou registro cadastral no SICAF, quando se tratar de sócios da empresa ou cópia autenticada do registro na CTPS, quando se tratar de empregado.

7.5.1. Aplica-se o disposto no item anterior sempre que houver ingresso de novo trabalhador como executor do serviço na relação contratual.

7.5.2. A CONTRATADA deverá dispor de profissionais para substituição no caso de ausências dos funcionários da equipe residente. Estes substitutos deverão ter a mesma qualificação exigida para o cargo do funcionário que está sendo substituído.

7.6. A CONTRATADA obriga-se a instalar relógio de ponto biométrico por impressão digital, com software de gestão, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e certificado pelo INMETRO, para registro diário dos horários de início e fim da jornada de trabalho dos seus empregados nas dependências do CONTRATANTE, bem como dos intervalos regulamentares, emitindo relatórios diários e mensais discriminados.

7.6.1. O local de instalação do controle de ponto deve ser previamente autorizado pelo CONTRATANTE.

7.6.2. Qualquer inserção de dados no cartão-ponto realizado manualmente deverá ser comunicada e justificada ao CONTRATANTE na data da ocorrência.

7.6.3. A CONTRATADA obriga-se a dar acesso, a qualquer momento, aos dados registrados pelo ponto eletrônico, por intermédio de dispositivo de acesso remoto, previamente autorizado, possibilitando ao CONTRATANTE a elaboração de planilha de controle de frequência para fins de pagamento e, também, possibilitar a operacionalização dos dados do Sistema SISRET e atualização dos valores retidos para provisões dos encargos trabalhistas e previdenciários.

7.6.4. A utilização de sistema de registro de frequência biométrica não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e controle dos seus profissionais na prestação dos serviços.

7.7. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e/ou na execução dos serviços, nos termos da Resolução n.º 400/2021 do CNJ.

7.8. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal juntamente com os comprovantes de **pagamento dos salários do mês a que se refere o faturamento (recibos de depósitos bancários)**, benefícios e encargos legais, cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o CONTRATANTE; cópia dos contracheques, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros); extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e do INSS ou

Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) dos trabalhadores alocados ao Contrato, relativos ao período exigível.

7.8.1. A critério do CONTRATANTE, será solicitado aos empregados da CONTRATADA que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seu nome, bem como poderão ser solicitados os extratos da conta do FGTS.

7.8. A CONTRATADA deverá ainda:

7.8.1. substituir definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, e independentemente de justificativa, qualquer profissional alocado para prestação dos serviços, cujo desempenho, conduta ou comportamento sejam considerados como prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios ao interesse do serviço público, sendo vedado o retorno do profissional substituído para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou quaisquer ausências de outros profissionais;

7.8.2. manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção;

7.8.3. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE.

7.8.3.1. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, deverá apresentar justificativa, a fim de que o CONTRATANTE analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

7.8.4. comunicar ao Gestor, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

7.8.5. autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.8.6. não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

7.9. Os documentos a seguir relacionados deverão ser reapresentados em até 05 (cinco) dias úteis a contar da expiração da validade, caso vençam antes do final da vigência do presente instrumento, devendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário do CONTRATANTE, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

7.9.1 Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

7.9.2. Certidão Negativa de Débito com o INSS;

7.9.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.9.4. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

7.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT.

7.10. Os documentos a seguir serão consultados por ocasião da prorrogação contratual, sendo sua regularidade condição para a renovação da avença:

7.10.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da Controladoria-Geral da União;

7.10.2. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, do Portal da Transparência;

7.10.3. Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

7.11. O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste Contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções nele estabelecidas.

7.12. A CONTRATADA obriga-se a comprovar o cumprimento, durante toda a vigência do Contrato, das exigências de reserva de cargos em cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei n.º 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

7.13. A CONTRATADA obriga-se a não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, 5% das vagas para as mulheres integrantes de grupos vulneráveis, consoante previsto no art. 2º da Resolução n.º 497/2023 – CNJ.

7.14.1. A efetiva contratação do percentual indicado no item anterior, será exigida da licitante vencedora quando da assinatura do Contrato e deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

7.14.2. A CONTRATADA deve manter o sigilo das condições desses profissionais que serão alocados para a prestação do serviço.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Ao CONTRATANTE compete, além das obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, as que seguem:

8.1.1. acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor designado neste Instrumento;

8.1.2. exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais;

8.1.3. receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução deste Contrato;

8.1.4. reter preventivamente valores correspondentes às penalidades pecuniárias cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso;

8.1.5. aplicar as multas e sanções previstas neste Contrato;

8.1.6. efetuar o pagamento do preço contratado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor.

CLÁUSULA IX – DA RETENÇÃO

9.1. Nos termos da Resolução n.º 651, de 29 de setembro de 2025, do Conselho Nacional de Justiça, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, indicadas na Planilha Custos e Formação de Preços, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - na Caixa Econômica Federal, conforme o Acordo de Cooperação nº 201/2022, assinado entre o CONTRATANTE e a referida Instituição Financeira.

9.1.1. Além das verbas trabalhistas especificadas neste artigo, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991.

9.2. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

9.3. Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 3º da referida Resolução, serão retidos do pagamento mensal à CONTRATADA, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

9.4. Eventuais despesas para abertura de conta-depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da CONTRATADA.

9.5. A Caixa Econômica Federal não poderá cobrar tarifa relativa aos custos de manutenção da conta a ser aberta.

9.6. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança.

9.7. Será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no art. 3º da Resolução n.º 651/2025 – CNJ, o valor das despesas com a cobrança de abertura da referida conta-corrente, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta.

9.8. A CONTRATADA deverá proceder, no prazo de trinta dias, a contar da notificação do CONTRATANTE, à assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e de termo específico da Caixa Econômica Federal que permita ao CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE, conforme modelo indicado no Acordo de Cooperação n.º 201/2022. No caso de não observância do referido prazo estará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no instrumento contratual.

9.9. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, para resgatar os valores referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas e demais parcelas de retenção dos empregados que prestam os serviços contratados, ocorridas durante a vigência do Contrato mediante as devidas comprovações de pagamento nos termos da Resolução n.º 651/2025 e do Acordo de Cooperação n.º 201/2022, referido acima:

9.9.1. a movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - se dará mediante solicitação ou autorização do CONTRATANTE;

9.9.2. o acesso à conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - pelo CONTRATANTE, fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, por parte da CONTRATADA, nos termos do Anexo V do referido Acordo de Cooperação.

9.10. Com a assinatura do presente Contrato, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a realizar o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

CLÁUSULA X - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE designa a Diretora de Segurança, Transporte e Expedição - DSTE - para atuar como Gestora, e o Diretor da Divisão de Segurança e Transporte - para Fiscal Técnico e, para Fiscal

Administrativo, a Diretora do Núcleo de Cálculos e Preparo de Pagamentos, da Diretoria Administrativa, cujas atuações se darão no interesse exclusivo da Administração.

10.1.1. O Gestor deste Contrato poderá ser contatado diretamente no 1º andar do Prédio Administrativo da sede do CONTRATANTE, pelos telefones (51) 3213-3782 e e-mail: dste@trf4.jus.br.

10.1.2. O Fiscal Técnico deste Contrato poderá ser contatados diretamente no 1º andar do Prédio Administrativo da sede do CONTRATANTE, pelo telefone (51) 3213-3783;

10.1.3. O Fiscal Administrativo deste Contrato poderá ser contatados diretamente no 7º andar do Prédio Administrativo da sede do CONTRATANTE, pelo telefone (51) 3213-3746 e e-mail ncpag@trf4.jus.br.

10.2. Ao Gestor compete, entre outras atribuições:

10.2.1. orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;

10.2.2. exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto contratado, nos termos e condições previstas neste Contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

10.2.4. encaminhar à Diretoria Administrativa relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

10.2.6. efetuar o "recebimento definitivo" e o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente ao Núcleo de Cálculos e Controle de Pagamentos da Diretoria Administrativa;

10.2.7. na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição contratuais, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da CONTRATADA para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas;

10.2.8. analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente.

10.3. Ao Fiscal Técnico compete, entre outras atribuições:

10.3.1. acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas neste Instrumento e seus anexos;

10.3.2. prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual, inclusive as de ordem técnica afetas ao seu cargo efetivo, função comissionada ou formação profissional;

10.3.3. anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao Gestor sobre eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;

10.3.4. efetuar o "recebimento provisório" e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da CONTRATADA para que proceda, incontinenti, a retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste Contrato e seus Anexos;

10.3.5. assessorar o recebimento definitivo, certificando-se que o objeto fornecido atende a todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidades, preço e prazos entre outras condições previstas neste Instrumento e seus Anexos;

10.4. Ao Fiscal Administrativo compete, entre outras atribuições:

10.4.1. Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos.

10.5. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

10.6. Caso os gestores/fiscais designados venham a ser alterados durante a vigência deste Contrato, a nova designação se dará por ato próprio da Administração, dispensando-se a lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA XI - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

11.1. Serão realizados pagamentos mensais com a liberação do pagamento dos serviços efetivamente executados.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor, mensalmente, Nota Fiscal discriminada dos serviços fornecidos, sem prejuízo dos demais documentos determinados neste Contrato e seus anexos, em especial os previstos no item 7.13. deste Contrato:

"7.8. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal juntamente com os comprovantes de pagamento dos salários do mês a que se refere o faturamento (recibos de depósitos bancários), benefícios e encargos legais, cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o CONTRATANTE; cópia dos contracheques, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros); extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e do INSS ou Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) dos trabalhadores alocados ao Contrato, relativos ao período exigível."

11.3. A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, obrigatoriamente:

11.3.1. a razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do Contrato;

11.3.2. o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta-corrente da CONTRATADA;

11.3.3. a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.4. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

11.4.1. “Recebimento provisório”: será lavrado na data da entrega do bem e/ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento.

11.4.2. “Recebimento definitivo”: será lavrado em até 10 (dez) dias corridos após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021, compreendendo a aceitação do bem e/ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

11.4.3. “Atesto”, será lavrado após o “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

11.4.4. não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

11.4.5. o não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

11.5. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito em conta-corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto na Nota Fiscal.

11.5.1. O atesto somente será emitido após a integral comprovação da quitação das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

11.5.1. O pagamento dos salários dos empregados pela CONTRATADA deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

11.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste instrumento.

11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

11.8. O pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, não se confunde com a obrigação da contratada de efetuar o pagamento da remuneração de seus empregados, cujo prazo é definido pela CLT. Assim, não cabe alegação de que primeiro o CONTRATANTE deve pagar pelos serviços, para posteriormente a CONTRATADA efetivar o pagamento a seus empregados.

CLÁUSULA XII – DA MORA

12.1. O atraso na execução do objeto contratado, sem justificativa por escrito aceita pelo CONTRATANTE, constitui a CONTRATADA em mora, sujeitando-a à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, apurada sobre o valor total da obrigação em atraso, a contar da data final do prazo estipulado para execução do objeto, observado o limite de 12% (doze por cento).

12.2. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

12.3. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

12.4. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia de execução acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

12.4.1. O atraso referido no item acima quando superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inc. I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XIII – DAS SANÇÕES

13.1. O inadimplemento total ou parcial do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento), aplicável sobre a parcela inadimplida.

13.2. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) do valor do faturamento a que corresponde a obrigação.

1.2.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da CONTRATADA em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

13.3. Será considerada como falta grave, sujeita às sanções previstas, a falha na execução do Contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário e demais itens previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, assim como vale-transporte, auxílio-alimentação etc.

13.4. Na forma prevista no art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, além das sanções pecuniárias estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo, quando der causa à inexecução parcial do Contrato.

13.5. Nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 3 (três) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, além de descredenciada do SICAF, no caso de:

13.5.1. dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.5.2. dar causa à inexecução total do Contrato;

13.5.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.6. Nos termos do art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, a CONTRATADA poderá ficar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, suas Autarquias e Fundações, além de descredenciada do SICAF, pelas infrações previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e no caso de:

13.6.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

13.6.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

13.6.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.6.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.6.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

13.7. Na aplicação das sanções previstas neste Contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, bem como os antecedentes da CONTRATADA, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do que dispõem os arts. 157 e 158 da Lei n.º 14.133/2021.

13.8. Aplica-se às hipóteses de multas de que trata esta Cláusula, o mesmo procedimento de retenção do valor correspondente previsto para a multa de mora.

13.9. As multas ou outras penalidades aplicadas, inclusive no caso de mora, serão registradas no histórico da CONTRATADA, no SICAF.

13.10. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA XIV – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos, empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

14.1.1. O acompanhamento e fiscalização do objeto contratual exercidos pelo CONTRATANTE, não exclui em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, inclusive perante terceiros.

14.1.2. O CONTRATANTE estipulará prazo razoável para o saneamento de irregularidade ou ilegalidade, bem como a reparação ou indenização de eventuais prejuízos ou danos causados ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros.

CLÁUSULA XV – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 104 e art. 124, e poderá ser extinto consoante disposição do art. 106, inciso III, c/c os art. 137 e 138, todos da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XVI - DO REAJUSTE

16.1. Os valores relativos aos insumos, equipamentos, uniformes e EPIs serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração 20/03/2026, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

16.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2. O reajustamento contratual será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

Io= Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor Contratual.

CLÁUSULA XVII – DA REPACTUAÇÃO

17.1. É admitida repactuação deste Contrato, conforme estabelece o art. 92, § 4º da Lei n.º 14.133/2021.

17.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

17.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

17.1.4. A repactuação para reajuste do Contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

17.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

17.2.1. da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

17.2.2. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

17.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

17.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

17.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

17.4.2.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

17.4.2.2. as particularidades do contrato em vigência;

17.4.2.3. a nova planilha com variação dos custos apresentada;

17.4.2.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

17.4.2.5. a disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE.

17.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

17.4.3.1. Este prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

17.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

17.4.5. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

17.4.6. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste instrumento serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA XVIII - DOS ANEXOS

18.1. Integram este Contrato, como anexos, as cópias da proposta apresentada pela CONTRATADA (doc.), do Anexo I – Termo de Referência (doc.), da Planilha de Custos e Formação de Preços – Anexo IV (doc.) e dos Termos de Julgamento e de Homologação do Pregão (doc.) das quais os signatários declaram ciência.

18.2. Prevaecem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da CONTRATADA ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 104 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XIX – DO CÓDIGO DE CONDUTA

19.1. Conforme o Art. 5º do Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução n.º 147 – CJF de 15/04/2011, o CONTRATANTE não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

19.1.1. As atitudes discriminatórias ou preconceituosas previstas neste item considerar-se-ão como não cumprimento de obrigação acessória, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula relativa às sanções, constante deste Instrumento.

CLÁUSULA XX - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1. Para efeitos desta Cláusula, CONTRATANTE e CONTRATADA passam a ser referidos como PARTES.

20.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Privacidade, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018 e a Resolução n.º 363/2021 – CNJ.

20.3. A coleta, processamento e armazenamento de informações e dados pessoais coletados em decorrência do objeto deste Termo, ou sua operacionalização, será realizada pelas PARTES visando unicamente ao cumprimento de seu objeto, dentro de seu escopo e segundo sua permissão e finalidade de acesso.

20.4. As PARTES declaram que os dados pessoais coletados no presente Contrato serão aqueles estritamente necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, e não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento, nos termos do artigo 7º, inciso IX da Lei n.º 13.709/18.

20.5. As PARTES se comprometem a utilizar e manter medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, bem como para fornecer acesso aos titulares de tais dados caso solicitado.

20.6. As PARTES comprometem-se a treinar e orientar seus colaboradores sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

20.7. As PARTES declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

20.8. Cada PARTE se compromete a obter e apresentar a outra PARTE, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos Termos de Consentimento e Autorização dos titulares para tratamento dos dados pessoais dos quais forem Controladoras, bem como, os respectivos Termos de Compromisso e Responsabilidade pelo Acesso e Tratamento de dados realizado por seus colaboradores.

20.9. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da outra PARTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

20.10. Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

20.11. Cada PARTE deverá notificar à outra em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, que possa caracterizar um Incidente de Privacidade, como destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados de Informações Pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma, informando, ainda, a natureza do Incidente de Privacidade, as categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de Informações Pessoais impactados por tal Incidente de Privacidade.

20.12. As PARTES concordam em cooperar plenamente uma com a outra, investigar e resolver qualquer incidente de privacidade e fornecer à outra PARTE qualquer informação necessária para a solução do incidente, minimizando todos os impactos causados.

20.13. As PARTES responsabilizam-se, integralmente, por qualquer violação, comprometimento e/ou vazamento de dados a que derem causa, durante e em decorrência da execução Contrato, seja direta ou indiretamente, devendo indenizar os danos que causarem, seja à outra PARTE ou a um titular de dado, seja ele patrimonial, moral, individual ou coletivo ainda que por culpa ou dolo de terceiros que, em seu nome, atuem no tratamento de dados pessoais.

20.14. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), na forma do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na mesma norma.

CLÁUSULA XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta contratação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela CONTRATADA na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

21.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente Contrato, deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de unidade do CONTRATANTE, responsável pela sua instrução.

21.3. A CONTRATADA declara a inexistência, no seu quadro societário, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, o que implicaria impedimento à assinatura do instrumento de contrato, e na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

21.3.1. O impedimento estende-se na hipótese de ter a CONTRATADA, no quadro de pessoal, empregados destinados à prestação de serviços decorrentes deste Contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, consoante determinado na Resolução n.º 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

21.4. O presente Instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido.

CLÁUSULA XXII – DA PUBLICIDADE

22.1. Em cumprimento ao art. 91, *caput* da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE promoverá a publicação deste Contrato em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA XXIII - DO FORO

23.1. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste Ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO ACOSTA PINTO**, Diretor do Núcleo de Licitações e Contratos, em 13/05/2026, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **8410819** e o código CRC **914C80CC**.

